

FACULDADE UNINA  
CURSO DE PEDAGOGIA

IVANICE APARECIDA NOGUEIRA DE ARRUDA DOS SANTOS

**O RACISMO COMO OBSTÁCULO AO RENDIMENTO ESCOLAR E À  
PERMANÊNCIA DAS CRIANÇAS NEGRAS NAS ESCOLAS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL**

CURITIBA  
JULHO 2022

IVANICE APARECIDA NOGUEIRA DE ARRUDA DOS SANTOS

**O RACISMO COMO OBSTÁCULO AO RENDIMENTO ESCOLAR E À  
PERMANÊNCIA DAS CRIANÇAS NEGRAS NAS ESCOLAS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado como pré-requisito parcial para a obtenção do título de pedagoga, no curso de Pedagogia da Faculdade Unina.

Orientadora: Prof.(a) Dra. Marli Pereira de Barros Dias

**CURITIBA  
2022**

## FACULDADE UNINA

### ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 07/07/2022, reuniu-se a banca para a defesa do trabalho de conclusão de curso de Pedagogia, da acadêmica: Ivanice Aparecida Nogueira de Arruda dos Santos, intitulada: "O Racismo como Obstáculo ao Rendimento Escolar e a Permanência das Crianças Negras nas Escolas do Ensino Fundamental". A banca examinadora, sob a presidência da Prof.<sup>a</sup> Dra. Marli Pereira de Barros Dias, foi constituída pelos (as) professores (as) Materson Christofer Martins; Leandra Felícia Martins. Após exposição oral, a candidata foi arguida pelos componentes que analisaram o trabalho e decidiram pela sua aprovação com a nota 100. Para constar foi lavrada a presente Ata que depois de lida e aprovada vai assinada pelo presidente da banca, membros da banca e o/a acadêmico/a.

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Prof. <sup>a</sup> Dra. Marli Pereira de Barros Dias

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Leandra Felicia Martins

\_\_\_\_\_  
Esp. Materson Martins

\_\_\_\_\_  
Ivanice Aparecida Nogueira de Arruda dos Santos

Curitiba 05 de julho de 2022.

## AGRADECIMENTOS

Para hoje e sempre minha palavra será gratidão!

Agradeço a Deus por ter me fortalecido ao ponto de superar as dificuldades, por toda saúde que me deu e que me permitiu alcançar esta etapa tão importante da minha vida.

Aos meus pais "*in memoriam*", gratidão por todos os ensinamentos que fizeram toda a diferença na minha vida.

Aos meus filhos pelo apoio e incentivo durante o curso e a minha neta que serviu de inspiração e base para o meu aprendizado.

À Faculdade UNINA, à sua direção e professores (as) deixo meu agradecimento pelos ensinamentos e oportunidade de concluir esse curso, em especial ao Sr. Wagner Cauneto. Gratidão pela oportunidade e confiança depositada em mim.

Às minhas colegas de curso agradeço a amizade que foi essencial nos dias difíceis.

À minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Marli Pereira de Barros Dias, pela confiança no meu trabalho, pelo respeito e compreensão, pelos conselhos e instrução que me deu, o meu profundo e eterno agradecimento.

À prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Tereza Costa, que me ensinou a olhar além do espelho e pelo incentivo no início do curso.

À amiga Vanessa dos Santos Rosa, um agradecimento especial por toda a ajuda prestada nesses anos de estudo, você me ensinou e aprendeu com minhas dificuldades. Deus te abençoe por toda sua vida.

E a todas as pessoas que me deram suporte e incentivaram, agradeço pelo apoio.

## RESUMO

Esse trabalho, cuja investigação centra-se em averiguar o preconceito e o racismo contra as crianças negras no Ensino Fundamental, tem como problemática a seguinte questão: O preconceito e o racismo nas escolas podem interferir no aprendizado, autoestima e evasão escolar da criança negra? O objetivo geral se propõe a analisar como a discriminação racial e o preconceito podem influenciar na exclusão e no rendimento escolar da criança negra comprometendo o seu desenvolvimento escolar e o seu futuro. Os objetivos específicos visam compreender a história do racismo, sua relação com a educação das crianças negras e os fatores que levam os estudantes negros(as) a terem baixa autoestima; verificar os motivos que afetam os estudantes negros (as) e contribuem para o baixo rendimento e evasão escolar e identificar as várias manifestações de racismo que os estudantes negros enfrentam na sua trajetória escolar. A metodologia adotada foi a pesquisa. É uma pesquisa bibliográfica e documental de cunho qualitativo, que se dedicou a fazer uma extensa revisão bibliográfica e documental existentes sobre a temática desse TCC. Essa modalidade de pesquisa serve de fundamentação para a análise das teorias estudadas em consonância com a investigação de documentos referentes ao assunto, a partir de fontes primárias. Verificou-se, portanto, a necessidade de formação continuada para os (as) professores (as) entenderem e saberem como lidar com as formas de preconceitos e de exclusão na escola, sobretudo o racismo, bem como a falta de eficácia das leis contra o racismo e a permanência do racismo estrutural nas escolas e o ciclo de exclusão educacional e social da criança e da população negra.

**Palavras-chave:** Escola. Ensino Fundamental. Racismo. Preconceito. Baixo rendimento escolar.

## **ABSTRACT**

This work, whose investigation focuses on find out prejudice and racism against black children in elementary school, has the following question as a problem: can prejudice and racism in schools interfere on black children's learning, self-esteem, and school dropout? The broad objective is to analyze how racial discrimination and prejudice can influence the exclusion and school performance of black children, compromising their school growth and their future. The specific goalproposes to understand the history of racism and its relationship with the education of black children and the factors that lead black students to have low self-esteem; to verify the reasons that affect black students and contribute to low performance and school dropout and identify the various manifestations of racism that black students face in their school trajectory. The methodology adopted was research. It is a bibliographic and documentary research of a qualitative nature, which was dedicated to an extensive bibliographic and documentary review about thisTCC. This type of research serves as a basis for the analysis of the theories studied in line with the investigation of documents related to the subject, from primary sources. Therefore, there was a necessity for continuing education for teachers to understand and know how to deal with forms of prejudice and exclusion at school, especially racism, as well as the lack of effectiveness of laws against racism and the permanence of structural racism in schools and the cycle of educational and social exclusion of children and the black population.

**Keywords:**School. elementary. School. racism. Prejudice. Low school performance.

## Sumário

<b>I.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
	<b>CAPÍTULO I - A EXCLUSÃO DA CRIANÇA E DA POPULAÇÃO NEGRA DO DIREITO À EDUCAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL .....</b>	<b>3</b>
1.1.	O PASSADO E O PRESENTE DE EXCLUSÃO DA CRIANÇA NEGRA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS .....	3
1.2.	O RACISMO NA ESCOLA E AS CONSEQUÊNCIAS SOFRIDAS PELAS CRIANÇAS NEGRAS .....	6
1.3	RACISMO E PRECONCEITOS NO AMBIENTE ESCOLAR.....	11
	<b>CAPÍTULO II - O PASSADO E O PRESENTE DE RESISTÊNCIA CONTRA O PRECONCEITO E O ACESSO DA CRIANÇA NEGRA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS .....</b>	<b>17</b>
2.1.	LONGO PROCESSO DE LUTA PELA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA NEGRA .....	17
2.2.	AS CONSEQUÊNCIAS DO PRECONCEITO NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS NEGRAS .....	20
<b>3.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>23</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>25</b>

## I. INTRODUÇÃO

A escola é o primeiro ciclo social mais amplo da criança depois da família. É no ambiente escolar que ela apresenta os primeiros sinais de uma socialização tranquila ou mais turbulenta, pois no ambiente escolar se inicia a convivência com outras crianças e cada uma trazem consigo uma bagagem familiar diferente. É nesse contexto que muitas situações de racismo ocorrem e é a partir disso que a escola precisa se mostrar preparada para trabalhar essas situações, acolhendo a vítima, orientando o “agressor” e, posteriormente, as famílias envolvidas, pois o trabalho pedagógico só é eficiente quando a família se mostra comprometida com a escola.

Sabe-se que o período escolar marca muito a vida dos estudantes negros. Desde o primeiro dia de aula, muitas vezes é visível a dificuldade de ser aceito no meio social longe da família que geralmente não prepara essa criança para a aceitação de suas características físicas e culturais, dificultando a compreensão de determinadas realidades sociais, onde não sabem lidar com situações que envolvem preconceitos e discriminação. O amparo e o preparo familiar nesse sentido é de extrema importância, porém, em consequência do fato de lhes terem sido negado, direta ou indiretamente, o direito à Educação por causa da cor da pele, nem todas as famílias têm condições de oferecer essa orientação aos filhos.

Todos têm sua própria história e cultura que necessitam ser respeitadas pelo outro. O fato de a escola não estar preparada em trabalhar com as diferenças no sentido positivo, faz com que essa necessidade passe despercebida. Há professores (as) despreparados (as) no que diz respeito à formação profissional e, além disso, há aqueles que carregam consigo os preconceitos de forma intrínseca. Que podem ser herança familiar ou do seu grupo social e, conseqüentemente, não conseguem eliminar em sala de aula os conflitos e o racismo entre as crianças. “Assim, o despreparo constitui campo fértil para que o racismo se perpetue e a discriminação racial sofra mutações próprias do ambiente escolar.” (SILVA, 2001, p. 66).

Por meio de preconceitos e de discriminação podem resultar em baixo rendimento, abandono escolar e, também, a baixa autoestima que poderá acompanhar o indivíduo até a fase adulta. Por esses fatores, entre outros, pretendo investigar a seguinte questão: Como o racismo pode interferir no rendimento e na permanência das crianças negras nas escolas do Ensino Fundamental?



O objetivo geral desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é analisar como a discriminação racial e o preconceito podem influenciar na exclusão e no rendimento escolar da criança negra, comprometendo o seu desenvolvimento escolar e o seu futuro.

Para alcançar esse objetivo geral, temos os seguintes objetivos específicos: compreender a história do racismo e sua relação com a educação de crianças negras; analisar os motivos que levam os estudantes negros (as) a obterem baixo rendimento escolar; identificar as várias manifestações de racismo que os estudantes negros enfrentam na sua trajetória escolar e compreender os fatores que levam os estudantes negros(as) terem baixa autoestima.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental de cunho qualitativo, que se dedicou a fazer uma extensa revisão bibliográfica e documental existentes sobre a temática desse TCC. Essa modalidade de pesquisa serve de fundamentação para a análise das teorias estudadas em consonância com a investigação de documentos referentes ao assunto, a partir de fontes primárias. No primeiro momento foi feito o levantamento bibliográfico, seleção do material, leitura e análise desse material. As fontes de pesquisa utilizadas foram livros, artigos científicos, teses, dados do IBGE, Constituição Federal Brasileira de 1988, ECA, legislação e relatos pessoais. Cumpridas essas etapas deu-se a escrita do TCC.

## **CAPÍTULO I - A EXCLUSÃO DA CRIANÇA E DA POPULAÇÃO NEGRA DO DIREITO À EDUCAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL**

### **1.1. O PASSADO E O PRESENTE DE EXCLUSÃO DA CRIANÇA NEGRA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS**

A população brasileira foi formada por estrangeiros de diversas partes do mundo, sendo que a maioria era composta por negros africanos que foram vendidos para comerciantes portugueses para serem escravizados. Desse modo, a população negra representa hoje.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) um total de 54% da população brasileira (IBGE, 2020). Apesar da população negra ser predominante no Brasil, ainda alguns não se declaram negros, pelo fato de não se assumirem como tal, pois cresceram no seu meio social e escolar, entendendo o ser negro (a) de forma pejorativa e negativa.

O direito à educação para os negros foi negado quase que desde sempre e, durante os anos de escravidão, as crianças filhas de escravos eram impedidas de frequentar a escola. Segundo os padrões da época, esse direito era reservado aos filhos da elite que estudavam para ocupar cargos de gerência e outras funções importantes na sociedade, enquanto os negros eram considerados como aqueles (as) não precisavam estudar. Isto porque os cargos que ocupavam eram operacionais e sem necessidade de estudo. Devido ao trabalho exaustivo e a ausência de leis que garantissem o direito de acesso à Educação, não frequentavam a escola. Não havia escola para negros (as) durante a escravidão, porque não eram considerados (as) ou tratados (as) como pessoas de direito.

A Educação no Brasil pode ser pensada desde tempos remotos, como excludente e elitista. No período colonial, a educação jesuítica foi o principal instrumento de "civilidade" e de doutrinação de brancos, índios e negros e não uma Educação no modo como compreendemos hoje. No caso da população negra, ela se deu por meio do controle e da disciplinarização do (as) negro (as) nas atividades do trabalho escravo.

A lei constitucional de 1824 previu, entre os direitos civis e políticos, a gratuidade da instrução primária para todos (as) os (as) cidadãos(ãs) e a criação de colégios e universidades, garantindo educação pública e gratuita para todos(as) os

cidadãos(ãs) brasileiros(as): homens e mulheres livres e nascidos no Brasil. A Elite da época se articulou para impedir que os direitos estabelecidos fossem estendidos aos escravizados, o que impossibilitou muitas crianças negras de terem acesso à educação na época.

#### Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

- I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.
- II. Os filhos de pai Brasileiro, e os ilegítimos de mãe Brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império.
- III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em país estrangeiro em serviço do Império, embora eles não venham estabelecer domicílio no Brazil. (BRASIL, 1824, p. 7)

Em 1854, instituiu-se o decreto que obrigava a inserção de crianças a partir de 07 anos nas escolas de primeiras letras. Contudo, existiam restrições para o ingresso dessas crianças nas escolas públicas e gratuitas, isto é, elas não podiam ser portadoras de doenças contagiosas e nem serem escravas. Apresentavam-se, portanto, empecilhos para que crianças negras tivessem acesso à educação.

Quando estas venciam as duas barreiras acima, outras dificuldades surgiam e impediam que essas crianças dessem continuidade aos estudos. Muitas delas não possuíam recursos para a aquisição de vestimentas ou material escolar designados pelas escolas e muitas constituíam mão de obra para subsistência do núcleo familiar, pois o trabalho infantil era considerado normal. Além do mais, as crianças das camadas subalternas sofriam racismo dentro do ambiente da escola formal, pois eram consideradas como ovelhas negras que contaminavam os bons alunos. (CHAVES, 2017, s.p).

Verifica-se, portanto, que apesar dessa lei prever a obrigatoriedade e a gratuidade da instrução primária para os (as) brasileiros (as), a elite garantiu que esses direitos não fossem alcançados pelos escravizados. Esse direito veio apenas após o decreto da lei do ventre livre de 1871, que permitiu que as crianças libertas tivessem acesso à educação. No entanto, as condições precárias em que viviam essas crianças e seus pais, na maioria das vezes, impossibilitavam que elas frequentassem a escola, pois elas eram “livres”, mas os pais continuavam sendo escravos.

Após conquistar o direito de acesso à escola, os próximos desafios da criança negra estavam por vir. Além da rejeição, outro obstáculo a ser vencido seria

conquistar seu espaço e direito de fato à Educação. Dessa maneira evidenciou-se no ambiente escolar um processo de exclusão. Desde sempre a Educação havia sido negada à pessoa negra e desde criança a trajetória dessa população tem sido baseada em desigualdade, preconceito, racismo e desrespeito, o que acaba por se perpetuar até os dias atuais, onde são vítimas do mesmo racismo originalmente vivenciado por seus antepassados e atualmente estruturados na sociedade brasileira.

Contudo, mesmo com as dificuldades, a população negra desenvolveu mecanismos de resistência para ter acesso ao letramento, o que quer dizer que além de libertos, haviam também escravizados letrados. Muitos deles aprendiam a ler espiando as sinhás que recebiam educação cívica e religiosa no próprio ambiente doméstico, além de senhores que financiavam o aprendizado de letras e aritmética a alguns escravos por eles lhes possibilitarem maiores possibilidades de lucros, dentre tantas outras hipóteses. (CHAVES, 2017, s.p)

Após inúmeros decretos e leis que tentaram equalizar a educação para todos os cidadãos (ãs), negros (as), brancos e indígenas, a constituição de 1988 no seu artigo 205 declara que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988 p.1).

Diante do exposto, considera-se a partir da Constituição Federal de 1988, que todo cidadão (ã) brasileiro (a) independentemente de sua raça, cor, etnia ou religião tenha acesso à educação. O artigo 206 da Constituição (1988) diz que um dos princípios do ensino é a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Temos também a Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010 em seu artigo 11, institui o Estatuto da Igualdade Racial:

Art. 11. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1o Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.

§ 2o O órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

§ 3o Nas datas comemorativas de caráter cívico, os órgãos responsáveis pela educação incentivarão a participação de intelectuais e representantes

do movimento negro para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração. (BRASIL, 2010s.p)

Porém, sabe-se que mesmo a educação sendo um direito conquistado, ela não se cumpre. Se faz necessário, condições materiais e econômicas para se concretizar. Os obstáculos são inúmeros para quem precisa optar entre trabalhar e estudar, ou seja, não basta estar na Constituição, é preciso que se faça valer na prática cotidiana. Muitos não têm acesso à escola devido a carência de transporte escolar, a falta de trajas e vestimentas, a falta de materiais essenciais tais como lápis, borracha entre outros. Há, sim, uma ampla quantidade de escolas que fornecem materiais e uniformes, mas não são a totalidade. Muitas crianças negras também não avançam nos estudos, porque têm que trabalhar desde muito nova para ajudar no sustento da família, que devido a situação de exclusão social e educação ao longo da história do Brasil, não puderam estudar e muitas ainda hoje, sobrevivem do que ganham em subempregos e “bicos”.

## 1.2. O RACISMO NA ESCOLA E AS CONSEQUÊNCIAS SOFRIDAS PELAS CRIANÇAS NEGRAS

É possível afirmar que a Educação é o fator mais importante para a ascensão profissional e social e o apoio familiar e escolar é imprescindível para que isso aconteça. Logo, o abandono escolar dos (as) jovens negros(as) não podem ser tratados como uma banalidade, mas deve investigar mais a fundo e entender o motivo real dessa evasão acontecer.

Falar de crianças negras e de discriminação racial em ambiente escolar é desafiador diante de uma política pública generalista que diz que a escola é democrática e inclusiva, mas que, no entanto, não contempla as diferenças étnicas e culturais. A escola deveria ser um lugar para acolher as diferenças e combater o preconceito, mas apesar do que prega a lei, de fato isso não acontece. No interior da escola o racismo pode se apresentar na dinâmica das relações interpessoais entre alunos (as) e profissionais da educação e as ações para que as crianças aprendam a conviver com essas diferenças e respeitá-las nem sempre são promovidas em tal ambiente e o racismo raramente é combatido de modo efetivo, embora seja crime.

Racismo é a discriminação de base racial, ou seja, aquela associada a uma marca física externa e genética, que é ressignificada em característica cultural interna determinante de padrões comportamentais, psicológicos e

morais, produzindo a crença na inferioridade natural dos indivíduos ou grupos que possuem essas marcas em comparação aqueles que não as possuem. (LIMA, 2003.REID, 1988 p. 3).

O período da educação escolar pode ser visto como uma das fases mais difíceis para as crianças negras, pois quando não são acolhidas, sentem a dor e a frustração causados pelo preconceito e isso acaba refletindo no desempenho escolar, ou seja, o reflexo acaba por ser notado no baixo rendimento e na dificuldade de socialização, o que poderá no futuro ao abandono escolar.

Todas as vivências da infância acabam por influenciar o desenvolvimento da personalidade do futuro adulto(a) que, desde muito cedo tem que se esforçar para não ser notado(a) por sua cor de pele, mas por sua capacidade e desempenho, o que o torna forte, porém ferido em meio a uma sociedade preconceituosa e discriminadora.

Sendo a escola o local onde as diferenças estão presentes, se faz necessário que as particularidades entre as crianças sejam trabalhadas pelos (as) profissionais da Educação no sentido de mostrar que todas as pessoas são diferentes e isso faz parte da essência e da condição humana.

Victoria Purcell-Gates (2004) diz que na teoria sociocultural de aprendizagem, no processo de alfabetização, segundo um estudo feito por ela, os fatores sociais e culturais são fundamentais no estágio de alfabetização de uma criança. Vygotski (1996) na sua linha de estudo sobre o desenvolvimento cognitivo, analisa que os processos psicológicos se relacionam com o ambiente social e cultural. Ele ressalta a ligação dos fatores sociais de natureza cultural e histórica, bem como os de natureza educacional.

O autor ainda destaca que a linguagem não é somente um instrumento de comunicação, mas um instrumento fundamental para a cultura dos povos. Assim, as crianças aprendem o que vivenciam e, no caso específico da discriminação, elas aprendem que são inferiores e as crianças brancas podem aprender a serem racistas no seu próprio meio sociocultural, ou seja, dentro da própria casa isso pode acontecer. Indubitavelmente, essas situações envolvendo preconceitos, geralmente são passadas de geração a geração e, quando exteriorizada, principalmente no ambiente escolar, acaba por afetar a permanência da criança negra na escola.

Desde cedo, pessoas negras são levadas a refletir sobre sua condição racial. O início da vida escolar foi para mim um divisor de águas: por volta dos seis (6) anos de idade entendi que ser negra era um problema para a

sociedade. Até então, no convívio familiar, com meus pais e irmãos, eu não era questionada dessa forma, me sentia amada e não via nem um problema comigo: tudo era 'normal'. 'Neguinha do cabelo duro', 'neguinha feia' foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar. (RIBEIRO, 2019, p.23).

O estudo coordenado por Lucimar Dias, pedagoga e Professora Associada da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 2019, confirma que a Educação Infantil e séries iniciais são os ambientes mais importantes na formação humana. Então, segundo ela, é criado um sentimento de desvalorização e rejeição da própria imagem quando a criança que vivencia situações de racismo. E isso, conseqüentemente, afeta o seu processo de socialização, desenvolvimento e causa a queda da autoestima (DIAS, 2019).

Como experiência pessoal, guardo na lembrança como foi árdua a minha permanência na escola, mais precisamente no Ensino Fundamental, onde havia poucas crianças negras, deixando a impressão de que a minha "parentela" eram os únicos. Naquele ambiente não nos sentíamos acolhidos pelos professores (as), pois eram despreparados e sem formação adequada, então o racismo vinha dos dois lados, tanto da parte dos educadores como das crianças. Da parte das crianças as agressões verbais eram constantes e retribuíamos com o uso da força em forma de defesa.

Ao contrário do que pensa o senso comum, a discriminação e a formação do pensamento racista começam muito cedo. Desde a primeira infância as crianças já percebem as diferenças físicas, principalmente a cor da pele e o tipo de cabelo. Segundo Dias,

Ao reivindicarmos que é necessário abordar na educação infantil aspectos que tratem das relações raciais, é porque as marcas raciais, cor, cabelo, aspectos culturais são elementos presentes no cotidiano das crianças nesta faixa etária suscitando-lhes curiosidades e conflitos que não podem ser desconsiderados. Muitas vezes, a educadora percebe prontamente esses conflitos e curiosidades, e age sobre eles (...). Outras vezes cala-se por medo de tocar num assunto que a sociedade brasileira quis esconder sentindo-se despreparada para abordá-lo. (DIAS, 2012, p.29).

É necessária uma formação de professores (as) interessados (as) em combater o racismo no ambiente escolar. É importante que as crianças reconheçam que são diferentes, porque cada uma é única, seja negra ou branca, com culturas e costumes diferenciados, tamanhos, cabelos e cores de pele diferentes e que essas diferenças devem ser respeitadas e valorizadas. A escola deve encontrar formas de desconstruir a imagem negativa que algumas crianças brancas trazem do seu convívio familiar e que se relaciona com o modo igualmente negativo que veem as

crianças negras. É no ambiente escolar, mais precisamente na sala de aula, que a criança manifesta suas ações racistas ou não. Logo, se faz necessário tomar cuidado com o que falamos, porque na escola, geralmente ela vai manifestar e transmitir o que recebe em casa.

A minha experiência pessoal mais marcante foi vivenciada por meio da minha filha, durante o Ensino Fundamental, em uma escola em Curitiba. A discriminação das crianças brancas em relação a ela e o despreparo dos (as) professores (as) evidenciado pela ausência de intervenção, fizeram com que ela necessitasse de psicoterapia pelo período de sete anos. Por ter sofrido uma queimadura no nosso lar, as crianças a discriminavam dizendo que ela era preta e que havia sido queimada por mim exatamente para ficar preta. Toda situação vivida causou-lhe traumas que, mesmo após anos de terapia para trabalhar sua autoestima e de conscientização sobre a valorização da pessoa negra, ainda as marcas são visíveis e a machucam.

As crianças negras sofrem diariamente com o preconceito em escolas públicas e particulares. Seja por apelidos maldosos passando por comentários sobre a cor de pele ou o cabelo crespo. O racismo cria marcas psicológicas eternas naqueles que estão começando a vida. Por este motivo, pais e professores devem estarem atentos, principalmente com mudanças de comportamento da criança, após uma situação de violência de cunho racista. Nesse sentido:

a alteração pode vir em forma de agressividade – como modo de se proteger de futuras agressões, ou um retraimento em sua sociabilidade – passando a ficar mais isolada/quieta. Perda de vontade de frequentar a escola e baixo autoestima também podem ocorrer. (DINIZ *apud* SOUSA, 2019, s.p).

Por esse motivo, pais e professores devem estar atentos, principalmente com as mudanças de comportamento da criança após sofrer uma situação de violência de cunho racista.

O racismo, que muitas vezes é estrutural, permite evidenciar que não é somente no lar ou com as pessoas mais próximas que as crianças brancas têm contato com o preconceito racial, mas também nos ambientes que frequentam com a família. Se isso não for trabalhado adequadamente, a criança poderá se tornar um adulto racista. É no ambiente escolar, mais precisamente na sala de aula, que ela manifesta suas atitudes racistas, as quais não são natas, mas aprendidas, pois o preconceito é uma construção social, portanto pode ser desconstruído.



Concomitante ao que acabamos de expor, a elaboração de leis, sua aplicabilidade e fiscalização são necessárias para amparar o processo evolutivo de desconstrução do preconceito racial e amparar a construção de ambientes sadios e de respeito às diferenças.

Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), documento internacional assinado pelo Brasil em 1990, “entende-se por infância o período de vida de todo o indivíduo com menos de dezoito anos de idade, salvo se, em virtude da lei que lhes seja aplicável, tenha atingido antes a maioridade”. (UNICEF, 1994, p. 48).

As leis são claras no que diz respeito a criança, que todas têm direitos iguais mesmo sendo diferentes, mas no que se refere ao racismo que elas sofrem no ambiente escolar, muitas coisas ainda não foram alteradas em relação a década de 1980. O racismo manifestado por meio do preconceito ou discriminação, afeta vários setores da sociedade além da escola, que é o local em que o principal objetivo, através da interferência dos professores (as) é ensinar também a viver e conviver com os diferentes grupos étnicos raciais, culturais e sociais, sempre buscando possíveis formas de tentar solucionar e reduzir o racismo e o preconceito na escola e na sociedade. No entanto, isso nem sempre acontece.

É preciso entender que o racismo está presente no cotidiano escolar, nas falas dos alunos, nas omissões dos professores. E na medida em que essa realidade vai sendo ignorada, a discriminação silenciosa vai ganhando força e oprimindo ainda mais os alunos principalmente negros que são os mais afetados. (OLIVEIRA, 2007, s.p).

Na escola ocorre o primeiro convívio social mais amplo da criança depois da família e de espaços sociais como igrejas e clubes, por exemplo. É no espaço escolar que as ações e traços culturais familiares são demonstrados. Assim sendo, se uma criança apresenta os primeiros sinais de racismo é possível que isso venha do seu convívio familiar e do meio em que está inserida. Nesse contexto, cabe a escola a orientação tanto da criança como também da família, o que é um trabalho complexo e moroso, mas que tende a apresentar resultados.

É necessária uma formação de professores (as) interessados (as) em combater o racismo no ambiente escolar e na sociedade, pois geralmente, o que acontece dentro da escola é reflexo da sociedade. É importante que as crianças reconheçam que são diferentes e cada uma é única sem necessidade de se sentir inferiorizada.

Hoje já há autores e teorias que analisam a sala de aula como um local de socialização e encontros, um espaço de múltiplas narrativas de construção, transformação e empoderamento que não pode ser reduzida a um espaço exclusivamente de instrução.

Na verdade, também é urgente uma política educacional efetiva de justiça universal para a questão da discriminação racial. É preciso que os educadores (as) críticos (as) e conscientes da situação do negro (a) desenvolvam um currículo e uma pedagogia multicultural que se preocupem com as particularidades “em termos de raça, classe, gênero, orientação sexual etc., da diferença” (MCLAREN 2000, p. 70).

A comunidade escolar evoluiu muito em relação as situações que envolvem o racismo tanto que, a política educacional de hoje não se compara aos tempos anteriores, mas ela não é concretizada totalmente na prática. Nos dias atuais, a escola se mostra mais preparada para lidar com assuntos relacionados a exclusão racial, porém ainda tem muito a ser melhorada e trabalhada. Por isso é necessária uma formação continuada para os (as) profissionais da Educação, incluindo professores (as), pedagogos (as), administrativos, serviços gerais e outros, de modo que possam aprofundar seus conhecimentos e melhorar seu comportamento, preparo e desempenho em relação as situações de exclusão social e racial.

### 1.3 RACISMO E PRECONCEITOS NO AMBIENTE ESCOLAR

A educação escolar tem um papel fundamental no quesito de combate ao racismo. Não significa que a escola vá trabalhar sozinha, porém ela tem como função formar futuros adultos conscientes e responsáveis. É através desse trabalho de conscientização e do respeito a todas as raças, etnias e crenças, que será possível notar as diferenças comportamentais na sociedade. Muitas vezes, as crianças chegam à escola com a fala pronta, mas não sabem o que a prática da discriminação causa em quem é vítima. Por isso a importância de se trabalhar o dia da consciência negra não somente em vinte de novembro, mas todos os dias do ano.

Para Cavalleiro, (2001), “na escola, precisamente na educação básica, observa-se que o racismo se apresenta de diferentes formas, implícitas ou explícitas tornando a escola um ambiente inóspito para os indivíduos negros” (CAVALLEIRO, 2001, p.114).

Nesse contexto, o racismo e o preconceito com as crianças negras no cotidiano escolar são geradores de grandes desigualdades ao mesmo tempo em que são determinantes para o baixo rendimento escolar. A falsa ideia de democracia racial faz com que, alguns professores banalizem a existência do racismo na escola e, conseqüentemente, a criança negra se sente inferiorizada e desprotegida. As práticas racistas não acontecem somente por parte dos colegas, mas também por muitos profissionais da educação.

Para pelo menos reduzir o preconceito e a discriminação, são necessárias políticas públicas e educacionais efetivas, capazes de gerar resultados positivos no combate aos preconceitos e as discriminações, e isso requer políticas que incluam a formação continuada dos profissionais da Educação no campo da diversidade étnica, cultural e dos direitos humanos. Há poucas pesquisas referentes ao racismo entre crianças, no entanto, sabe-se que elas não nascem assim, mas adquirem o racismo e o preconceito em seu meio sociocultural e, ainda na infância, manifestam a intolerância para com os seus colegas por meio de *bullying* e rejeição.

A criança negra que passa por constrangimentos normalmente não é 'acolhida'. A ausência de atitude por parte de professores (as) sinaliza à criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação de seus/suas educadores (as). Por outro lado, para a criança que discrimina, sinaliza que ela pode repetir a ação visto que nada é feito, seu comportamento nem sequer é criticado. A conivência por parte dos profissionais da educação banaliza a discriminação racial. (CAVALLEIRO, 2001. p. 146).

As atitudes racistas que as crianças negras enfrentam nas escolas públicas e privadas, nem sempre são visíveis, porque estão veladas pelo argumento de igualdade em sentido universal, sem levar em consideração as particularidades e a origem étnica e cultural de cada uma. Geralmente, o primeiro contato da criança negra com o racismo, de modo mais traumático é no cotidiano escolar. Pois, a escola representa o alargamento das relações e das interações sociais das crianças e, nesse ambiente diverso, também se encontram comportamentos diferenciados entre os quais aquele que rejeita, ofende e oprime a pessoa por ser negra e normalmente, a escola não tem dado conta dessa eliminar as atitudes provenientes desse tipo de comportamento.

Além da sala de aula, durante o recreio, no refeitório, nas aulas de Educação Física, na entrada e saída da escola, o racismo também está presente e geralmente,

de modo mais visível, embora às vezes de modo sutil. Nesses momentos, sem a presença dos (as) profissionais da Educação, as outras crianças se sentem mais livres para praticar o preconceito e o racismo, mesmo não sabendo o que isso possa representar para a outra criança e o que significa na sociedade. Quando isso acontece, gera constrangimentos e revoltas no ser humano em desenvolvimento que, devido a pouca idade, não consegue lidar com a situação e acabam por alterar o seu comportamento ou optar pela violência como mecanismo de defesa. Nesse sentido, para as crianças negras, a permanência na escola torna-se um ato de sofrimento e é muitas vezes despercebido pelos pais e responsáveis. Segundo Ferreira:

Um dos ambientes propícios para a manifestação do racismo desde as fases iniciais é a escola, por ser um local onde diferentes segmentos da sociedade se encontram e convivem de forma sistemática, além de ser, muitas vezes, o primeiro contato das crianças com o diverso, o múltiplo. Neste ambiente, indivíduos negros e pardos são tidos como seres inferiores ao branco. (FERREIRA, 2008,p.44).

Entre os preconceitos que as crianças negras sofrem em algumas escolas, estão os xingamentos tais como: nego do cabelo duro, cabelo de bombрил, macumbeira (o), saci Pererê, muçum, tiziu, entre outros. Esses exemplos são de fato, a comprovação empírica da minha experiência pessoal, mas que também é vivida por muitas crianças negras nos dias atuais. Eu e meus familiares sentimos na pele esse preconceito no ambiente escolar. Nas festas juninas não participávamos, porque ninguém queria fazer par com pretos e diziam que pretos fediam. As sinhazinhas eram sempre as meninas brancas. Nas brincadeiras de roda não seguravam em nossas mãos. Não existia a inclusão para nós. O racismo era tanto que, quando criança, eu tinha vergonha de ser negra e me declarava morena clara. Não me reconhecia e perguntava para a minha mãe, porque nasci preta e ela sempre respondia que os negros nasceram de noite.

Passei toda a minha adolescência questionando os meus cabelos e a minha cor. Foi somente na minha juventude que dei início ao meu processo de aceitação e empoderamento. Uma das minhas primeiras aceitações foi em relação aos meus cabelos, quando decidi não mais alisar e aceitar como eles são e, a partir de então, percebi que sempre fui uma mulher bonita e inteligente. Mas foi quando me tornei mãe que tive que criar forças, pois quando minha filha passou a frequentar a escola foi vítima de racismo, de exclusão e fez terapia por anos. Diante desses fatos,

sempre mostrei para ela que a nossa beleza era sim espetacular e que tínhamos capacidade e inteligência como as demais pessoas. Mesmo sempre tendo que lutar para provar nossa capacidade, nunca desisti de provar para mim mesma e para os outros que sou capaz de chegar e conquistar o que eu quiser.

A falta de inclusão por parte dos professores era a pior parte, a reação deles era a seguinte: “não liga, o sangue é igual”. Sendo assim, provavelmente, o racismo também existia da parte deles (as). Por qualquer motivo nos colocavam de castigo e não voltavam os olhos para as nossas necessidades. Sem apoio por parte de professores (as), que eram despreparados, sem formação adequada, que muitas vezes, eram igualmente racistas, não estavam preparados para identificarem as situações de racismo e preconceito e intervirem por meio de práticas pedagógicas inclusivas e não discriminatórias.

O despreparo profissional, que não é algo apenas do passado, mas que está presente nas escolas de hoje, levaram e ainda levam às agressões físicas e verbais fortalecidas e a violência. Nesse contexto, só restava e ainda resta, em muitas situações, o abandono escolar por parte do (a) estudante negro (a), principalmente se for pobre e mulher. A discriminação econômica e social também faz parte do cotidiano de muitas pessoas negras que sofrem dupla discriminação e tripla se for mulher.

A problemática da discriminação racial por parte dos professores e alunos. Segundo o autor, as professoras tendem a fazer o clareamento das crianças com melhor desempenho e tratam com rigor as crianças “classificadas” como negras, contribuindo para a exclusão e o fracasso escolar de muitos. (CARVALHO. 2005, p.28)

Em outro estudo desenvolvido por França e Monteiro (2002) com crianças de escolas públicas e privadas entre 5 e 10 anos de idade, foram entrevistadas 238 crianças de ambos os sexos e grupo racial da cidade de Aracaju. O propósito da pesquisa era de saber como as crianças brancas, mulatas e negras se identificavam. Os resultados apontaram que as crianças negras não gostam e nem se aceitam como negras. O estudo ainda apontou qual a preferência da criança branca e observaram que um total de 69% das crianças prefere fazer as atividades avaliativas com crianças de cor branca (SCIELO, 2020).

Cabe ressaltar que, as crianças negras não se aceitam desde o início da formação escolar por se sentirem diferentes na presença das crianças brancas. Nesse sentido, é necessário a intervenção dos (as) professores (as) feita com

apropriação para que elas se sintam acolhidas na escola. Mas, geralmente alguns desses profissionais se omitem.

No dia 9 de janeiro de 2003, o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro da Educação, Cristovam Buarque, reconhecendo as necessidades e lutas do Movimento Negro relacionados às injustiças e discriminações raciais, voltada para os negros no Brasil, assinaram a lei 10.639/03, alterando os dispositivos da Lei nº 9349/96, de 20 de dezembro de 1996, determinando que a LDB (leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) contemplasse a cultura do povo negro, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino sobre da História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensinos Fundamental e Médio das redes públicas e privadas do Brasil. A temática deverá ser trabalhada no âmbito de todo o currículo escolar, preferencialmente nas disciplinas de História, Língua Portuguesa, Literatura e Educação Artística.

A efetivação da Lei 10.639, que posteriormente foi alterada para a Lei nº 11.645 (2008), que passou a contemplar o povo indígena, tem sido um desafio desde a sua implantação. É necessário colocar em prática verdadeiramente essa lei para não se tornar somente mais que está apenas no papel ou que raramente está presente em algumas atividades em datas específicas e de modo isolado.

Em se tratando de escola, que tem um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade, os conteúdos trabalhados com efeito positivo nos (as) estudantes e com efeito multiplicador na sociedade, dependerão da forma que cada professor (a) irá trabalhar o tema/conteúdo em sala de aula, porque não é somente apresentar algumas páginas do livro didático ou definir um dia de debate sobre a cultura negra de forma folclórica, sem ressaltar a importância histórica desse povo, que estará contribuindo para acabar com o preconceito e o racismo.

Ao implantar a Lei 10.639, em paralelo é necessário políticas públicas efetivas para que professores (as) tenham formação a esse respeito e possam desenvolver uma pedagogia multirracial, permitindo que as culturas e os saberes das diversas etnias estejam presentes no cotidiano escolar e que promovam a igualdade racial. Não devendo ser apenas mais uma ação do Movimento Negro, mas que deverá fazer parte da especificidade da formação do (a) professor (a) com políticas de promoção da igualdade.

Embora a Lei 10.639/2003 torne obrigatório o estudo da cultura afro-brasileira, muitos (as) profissionais da educação nunca ouviram falar desta lei e a maioria se

nega a abordar o tema no cotidiano de seu trabalho. Dão preferência em valorizar outras culturas e a afro-brasileira acaba por ser falada ou lembrada somente em 20 de novembro, data em que se comemora, no Brasil, o Dia Nacional da Consciência Negra. Normalmente é nesse dia que as escolas abordam a questão, mas de modo folclórico e superficial e sem reflexão histórica.

Geralmente é pedido para as crianças fazerem um cartaz de recortes de personalidades negras como, por exemplo, Zumbi dos Palmares para representar os quilombos e outro cartaz no dia 13 de maio, lembrando que a princesa Isabel “salvou” os negros da escravidão. A ausência de reflexão em torno dessa questão e a pouca importância dada à cultura Afro-Brasileira contribui para a manutenção do ciclo de enraizamento do preconceito estrutural no ambiente escolar e na sociedade.

## **CAPÍTULO II - O PASSADO E O PRESENTE DE RESISTÊNCIA CONTRA O PRECONCEITO E O ACESSO DA CRIANÇA NEGRA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS**

### **2.1. LONGO PROCESSO DE LUTA PELA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA NEGRA**

A Educação no Brasil durante o período colonial esteve sob o comando dos jesuítas e era o principal instrumento de "civilidade" e doutrinação, fosse de brancos, índios e até negros. Neste último caso em especial, ela se deu por meio do controle e da disciplinarização do negro nas atividades do trabalho escravo.

Enquanto a lei constitucional de 1824 previu entre os direitos civis e políticos a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos e a criação de colégios e universidades, garantindo a Educação pública e gratuita somente para os cidadãos brasileiros: homens e mulheres livres, nascidos no Brasil, mais adiante a Lei Saraiva (1881) proibia o voto de analfabetos. Essa lei atingia/proibia diretamente os negros, pois a maior parte da população escravizadas ou recém libertas eram analfabetos e, portanto, não tinham direito ao voto.

Excluídos da Educação, dos meios de sobrevivência digna, dos direitos subjetivos e da cidadania, a população negra do Brasil encontrou diferentes formas de resistência. Foi graças a essa resistência que conquistamos a Lei 10639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, também nos permitindo lutar contra a discriminação das crianças negras nas escolas. Embora essa e outras leis não sejam cumpridas na totalidade, abrem espaço para reivindicarmos na prática a sua concretização.

Entre aqueles que lutaram contra a escravidão, há várias personalidades conhecidas na nossa história e outras invisíveis, que não são estudadas nas escolas, mesmo que elas tenham sido no passado, exemplos resistências contra a escravização e luta por direitos. Neste trabalho, mencionamos duas mulheres que estiveram entre os abolicionistas e fizeram a diferença na história, tanto no período de escravidão quanto na luta pela libertação dos escravizados, permitindo que na atualidade possamos exigir um tratamento e Educação dignos e inclusivos para as crianças e pessoas negras.



A primeira batalhadora que merece ser estudada nas escolas é Adelina, conhecida como “a charuteira”. Ela foi uma mulher negra que lutou contra a escravidão, teve seu nome apagado na história por causa do machismo e do racismo, mas foi respeitada e admirada na sua época. Adelina nasceu no Maranhão, no ano de 1859, era filha bastarda do senhor de escravos João da Luz e da escrava Josepha da Silva. Não se sabe qual era sua função, mas passou parte de sua vida sendo escravizada pelo próprio pai.

Em 1875, com a morte da mãe e o empobrecimento do pai, Adelina passou a fabricar e a vender charutos pela cidade de São Luiz, ouviu palestras abolicionistas durante suas vendas e se juntou a causa. Como vendedora de charutos, Adelina tinha facilidade de se infiltrar entre os policiais para obter informações sobre a movimentação policial e, assim, podia alertar os abolicionistas sem chamar a atenção e colaborando na elaboração das fugas. Em 1876, ela conquistou sua alforria e continuou na luta contra a escravidão e o racismo. Durante o século XX, Adelina morreu e, com sua morte, sua história foi esquecida por anos.

Maria Fermina dos Reis (1822 – 1917) filha de pai negro e mãe branca foi a primeira mulher negra, que com muito sacrifício, se tornou professora e escritora em nosso país, quebrando os paradigmas e estereótipos do século XIX. Sua literatura dava voz aos escravos que na época eram obrigados a se manifestar calados. Fermina se posicionou contra a escravidão, inaugurou a literatura afro-brasileira com relatos apresentando o negro, como pessoa digna de respeito e humanização, lutou por uma educação gratuita e sem restrição no Brasil, além de contribuir para o surgimento do movimento abolicionista. Aos 25 anos se formou em pedagogia, prestou concurso e foi aprovada se tornando a primeira professora negra a ocupar a cadeira de Instituição Primária de Guimarães no Maranhão.

Algumas das suas principais obras: Ursula (1859) – Romance; Gupeva (1861) – novela; Cantos à beira-mar (1871) – poesia; A escrava (1887) – conto; Hino da libertação dos escravos (1888) – letra e música.

Muitas pessoas como Adelina “Charuteira”, criaram formas de resistência contra a escravidão e símbolos para a fuga, que serviam de mapas na época. As tranças Nagô por exemplo, também conhecidas como trança raiz, hoje usadas por muitos como um penteado, artefato de beleza ou até mesmo como fonte de renda, já foram consideradas para os negros escravizados um símbolo de resistência.

As tranças Nagô, eram utilizadas para desenhar rotas de fuga para os quilombos. Nagô é o dialeto Jeje, chamado assim pelos falantes da língua lorubá, como foi denominado pelos traficantes de escravos. No período de escravidão no Brasil, as tranças foram usadas para fazer mapas e desenhar rotas de fuga. (RIBEIRO, 2020, s.p).

Com uso em várias etnias, esse tipo de trança é usado há cerca de 3000 mil anos Antes de Cristo (A.C) e têm uma história de representatividade para os africanos escravizados. As tranças na África vão muito além de estilo e estética, pois na cultura africana já foram utilizadas para identificar tribos, origens, estado civil, riquezas, posição social, religião e até mesmo algum problema pessoal.

A mulheres escravizadas, se reuniam para pentear as crianças e, com a observação dos montes, faziam nas cabeças um mapa cheio de saídas e caminhos de escape. Ao ver a geometria das tranças na cabeça das crianças, os homens em fuga sabiam qual caminho tomar e o código das tranças, que eram desconhecidas pelos caçadores de escravos. (RIBEIRO, 2022, s.p).

Segundo Chimamanda, “as histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.” (CHIMAMANDA, 2000, p.32).

Entende-se que, para os negros escravizados no Brasil, as tranças representaram um forte símbolo de resistência. Nos dias atuais, as tranças têm ainda representatividade no cotidiano da criança negra no ambiente escolar, mas como forma negativa devido ao preconceito que enfrentam no seu dia a dia. Como forma de proteger a criança do preconceito e evitar os apelidos e xingamentos racistas, os pais as levam para a escola com o cabelo trançado ou raspado, no caso dos meninos, deixando de lado a sua história e apagando-a para as próximas gerações.

É importante que as crianças aprendam a sua história desde cedo em casa e sintam orgulho dela, enquanto a escola precisa ser um ambiente acolhedor onde a criança negra seja incluída, usufrua de seus direitos e tenha sua autoestima preservada e que suas características étnicas, físicas e culturais sejam respeitadas e valorizadas. É fundamental que as crianças negras não se sintam inferiores em relação as crianças brancas e que se enxerguem lindas com seus estilosos cabelos crespos sem balanço, pois essa beleza representa sua etnia e isso deve ser motivo de orgulho e não de vergonha.

## 2.2. AS CONSEQUÊNCIAS DO PRECONCEITO NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS NEGRAS

As crianças quando iniciam sua vida escolar têm como hábito reproduzir o que é vivenciado em casa e muitas vezes reproduzem o racismo sem nem mesmo ter consciência do mal que faz. A pouca idade não permite compreender certos fatos e acontecimentos, daí a importância de a escola estar bem-preparada para orientar as ações e fazer um trabalho pedagógico de qualidade, sem descuidar da parte que envolve valores de conscientização e de respeito ao próximo e às diferenças.

A criança não nasce com seu caráter pronto, porque ela está na fase de construção de sua personalidade e de seus valores. Logo, a escola tem um papel fundamental nesse processo, já que é ali, além do compromisso científico, também prepara a pessoa para a vida em sociedade. Pois a sociedade é aquilo que a coletividade constrói e a Educação/escola é parte fundamental desse processo.

Os estudantes que iniciam sua vida escolar onde tem preconceito propagam também para dentro do seu âmbito familiar e amigos e, posteriormente, na sociedade, porque ninguém vive isolado, mas vivemos em sociedade. Se isso não for resolvido logo na infância ou adolescência, pode perdurar para a vida toda e potencializar o preconceito na sociedade.

A formação de indivíduos preconceituosos, a perpetuação de ideologias racistas, a permanência das desigualdades sociais e culturais, a violência no espaço escolar e ainda potenciais subaproveitados, são algumas das consequências que a sociedade suporta, ao permitir através de ação ou omissão o preconceito no ambiente escolar. Portanto a instituição escolar, os professores e a sociedade – uma vez que são extremamente afetados – devem reavaliar os impactos futuros e prepararem-se para a educação sem fronteiras (AUGUSTA, 2008, s.p).

O racismo na escola afeta de forma objetiva o desenvolvimento das crianças negras, cuja consequência poderá afetar a sua vida toda. A omissão e despreparo das escolas e de professores (as) a respeito dessa questão, contribui para que o racismo e o preconceito passem despercebidos e, ao mesmo tempo, colaborem para a perpetuação dos fracassos individuais e coletivos de negros (as). Pois, a negligência e a discriminação racial refletem também, nas experiências de vida da criança e no seu futuro.

Essas experiências adversas e tóxicas quando experienciadas na infância, expõem as crianças negras ao estresse e traumas que comprometem a vida adulta delas. É claro que a escola não é a única responsável pelo racismo entre as crianças, mas deveria ser um ambiente seguro onde todos (as) são tratados sem distinção. Ela é a responsável pela desconstrução de todo tipo de preconceito, na medida em que, trabalha com o conhecimento e esse é o melhor modo de ajudar na formação de cidadãos conscientes que contribuirão para a constituição da família e da sociedade, a partir de princípios que respeitam o próximo e as diferenças.

Um estudo da Universidade de Harvard, nos EUA, mostra que o estresse provocado pela discriminação racial pode ter um efeito significativo de desgaste no cérebro em desenvolvimento, o que prejudica a aprendizagem, o comportamento e a saúde mental e física. (TOLENTINO, 2022, s.p).

Uma criança negra chamada Toni Morrison, no ano de 1991, nos EUA passou pela transição de uma pequena escola de Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Para Toni, as consequências causadas pelo racismo foram traumáticas. Ele não teve apoio e nem intervenção dos professores (as) e, assim se resume sua vivência no Ensino Fundamental:

Tudo era novidade para ele. Com 7 anos de idade e sozinho, porque os pais não podiam acompanhá-lo em seu primeiro dia de aula, foi surpreendido com a primeira palavra de racismo referida a ele: “MACACO”. Mesmo assustado, ele reconhecia que o garoto ‘havia usado o nome de um animal para ofender, humilhar, em razão da cor da minha pele’. A cena deu continuidade no decorrer do Ensino Fundamental. No Ensino Médio, a palavra macaco deu lugar a outras formas de racismo como as piadinhas, risos abafados, processos de exclusão que estavam relacionadas a cor – Toni, descreve: ‘tive minha autoestima dilacerada. Cresci com um sentimento de inferioridade, que vez por outra me coloca em ciladas (TOLENTINO, 2022, p.14).

Portanto,

O preconceito está pautado em um forte componente emocional que faz com que os sujeitos se distanciem da razão. O afeto que se liga ao preconceito é uma fé irracional, algo vivido como crença, com poucas possibilidades de modificação. O preconceito difere o juízo provisório, já que este último é passível de reformulação quando os fatos objetivos demonstram sua incoerência, enquanto os preconceitos permanecem inalterados, mesmo após comprovações contrárias. (HELER, 1998, p.124)

O racismo traz consequências graves nas crianças negras, como a dificuldade de se relacionar, sentimento de inferioridade, agressão e violência no cotidiano escolar. O racismo, o preconceito e a discriminação étnica, social, econômica e cultural na sociedade e no cotidiano escolar, prejudica frequentemente

todas as pessoas na medida em que o outro é visto como diferente e inapropriado para estar naquele ambiente. Desse modo, contribui para o fracasso escolar das crianças negras, como se elas não tivessem direitos.

Segundo Gomes:

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias (sic) e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na experiência de superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou crença particular como única e verdadeira (GOMES, 2005. p. 52)

Assim, no ambiente escolar, as crianças manifestam suas atitudes racistas, que já está impregnado na sua cultura, geralmente passada pelos seus antepassados familiares. As manifestações fenotípicas - em relação a cor da pele, cabelo, lábios e nariz - e simbólicas - quando além do racismo que a criança sofre por ser negra tem a questão da religião, cultura, ritmos e hábitos - são elementos que levam a prática de preconceito e de rejeição e estão presentes na sociedade brasileira.

As crianças negras são xingadas de macumbeiras e passam por constrangimento diário, mas o racismo também pode ser sutil, e por conta disso muitas crianças, por ser muito pequenas, não reconhecem como racismo determinadas atitudes e somente com o tempo conseguem identificar que estão sendo vítimas de racismo e de preconceito, o que afeta a confiança em si mesma. A própria religião é tratada com desdém por ser de origem africana o que provoca uma absoluta falta de conhecimento do que se trata. Para Ferreira, “Nesse momento o preconceito cumpre o seu papel, mobilizando em suas vítimas, sentimentos de fracasso e impotência, impedindo-as de desenvolver autoconfiança e autoestima” (FERREIRA, 2000, p. 23).

Assim, o racismo se manifesta também através da desigualdade, isto é, as crianças negras adoecem mais do que as crianças brancas, são acometidas de doenças mais visíveis a olho nu, fazendo com que elas sejam discriminadas também pela sua condição. É importante esclarecer que o fato de as crianças negras estarem mais propensas às doenças, é resultado de um contexto socioeconômico, no qual nem sempre os (as) negros (as) são contemplados tornando-se as vítimas potenciais da desigualdade social e econômica.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho que se finda, nos revela que o preconceito e a discriminação racial afetam o desenvolvimento cognitivo, educacional, emocional e social da criança negra e que no Brasil, a maior população com menos escolaridade continua sendo a população negra.

Nos dias atuais se sabe que ainda acontecem muitos casos de racismo dentro do ambiente educacional, mas hoje temos profissionais mais preparados para lidar com o tema e que se propõem a lutar pela igualdade, no entanto, ainda há muitos professores (as) despreparados (as), o que prejudica a efetivação de uma Educação pautada pelo respeito e valorização às diferenças, que deve iniciar desde cedo tanto nas famílias quanto no ambiente educacional.

De modo geral, as escolas trabalham com mais embasamento sobre a diversidade social, cultural e étnico-racial, mas muitas ainda não desempenham de modo satisfatório o papel de Educação voltada aos valores humanitários, igualitários e de conscientização. Não há como negar que ainda há muito a ser melhorado e muito a ser trabalhado, pois as barreiras são constantes. Ainda assim, atualmente, o empoderamento da raça negra está cada dia mais contagiante, pois provou e vem provando que é capaz de conquistar o mundo e que tem capacidade tanto quanto os brancos.

A desigualdade social, o racismo e a exclusão da população negra, se faz presente na sociedade e nas escolas e, conforme mostram os dados do IBGE em uma pesquisa sobre: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, afetam principalmente a população de cor ou raça preta, parda e indígena. No que diz respeito a educação, o índice aponta que aumentou o número de pessoas negras matriculadas e com frequência escolar em relação as crianças brancas com idade entre 6 e 24 anos. No Ensino Fundamental os matriculados com idade de 6 a 10 anos, a porcentagem é de 96,5% para brancos e 95,8% para pretos ou pardos nos anos iniciais; a partir do Ensino Fundamental, médio e superior, os dados em relação a frequência, a população branca tem mais presença que a população preta (IBGE, 2017).

Apesar de ter ocorrido algumas mudanças, o preconceito e o racismo ainda estão presentes nas escolas brasileiras e continuam interferindo na permanência nas escolas de Ensino Fundamental e comprometendo a continuidade dos estudos.

Isso significa que há necessidade de formação continuada para os (as) professores (as) entenderem e saberem como lidar com as formas de preconceitos e de exclusão na escola, sobretudo o racismo. Também, ainda há falta de eficácia das leis contra o racismo e uma longa luta para manter as crianças negras na escola e assegurar a continuidade dos estudos, o que requer igualdade racial e social.

No entanto, os obstáculos à permanência da criança negra na escola precisam ser eliminados para romper com o ciclo de exclusão educacional e social da criança e da população negra para que possamos construir no Brasil, uma sociedade mais justa e igualitária. Este TCC não pretendeu oferecer respostas para todas as questões de racismo que afetam as crianças negras na escola, mas trazer à tona por meio da investigação científica, situações que ainda permanecem nas escolas brasileiras e a necessidade de estudos, análise e reflexão aprofundadas a respeito dessa questão, continuará a ser tema de meus estudos futuros ao nível da pós-graduação.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C.; RIBEIRO, D. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP, 2019.

APARECIDA, M.; SILVEIRA, M.; SIMONE GIBRAN NOGUEIRA. **Identidade, branquitude e negritude**: contribuições para a psicologia social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência e pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

AUGUSTA, D. (2008). **As consequências da discriminação e do preconceito no ambiente escolar e na sociedade**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/as-consequencias-da-discriminacao-e-do-preconceito-no-ambiente-escolar-e-na-sociedade/10645>. Acesso em: 18 de mai. de 2022.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I. Rio de Janeiro: 1824.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854**, Página 45 Vol. 1 ptl

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: lei n. 8.069, 13 de julho de 1990. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 9 de mai. De 2022.

BRASIL. Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre). In: **Portal da Legislação do Governo Federal**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/LIM/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LIM/LIM2040.htm). Acesso em: 12 de mai. De 2022.

BRASIL. Lei 10.639 de 10 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 20 de mai. de 2022.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 21 de julho de 2010.

CARVALHO, M. (2005). **Quem é negro, quem é branco**: desempenho escolar e classificação racial de alunos. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PHZCR8tDbgDtFCbTQ7dL8z/?lang=pt>. Acesso em: 6 de jun. de 2022.



CAVALLEIRO, S. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo, SP: Selo Negro Edições, 2001.

CHAVES, G.M. (2017). **Educação da população negra no Brasil: dificuldades e mecanismos de resistência ao longo da história.** Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/node/5333>. Acesso em: 25 de mai. De 2022.

CHIMAMANDA, A. N.; ROMEU, J. **O perigo de uma história única.** São Paulo, SP: Companhia Das Letras, 2020.

DIAS, L. R. **No fio do horizonte: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo.** Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007.

DINIZ, A. C. **Racismo na escola: psicólogas explicam como fortalecer as crianças negras.** Disponível em <https://noticiapreta.com.br/racismo-na-escola-psicologas-explicam-como-fortalecer-as-criancas-negras>. Acesso em: 04 de jun. de 2022.

FERREIRA, R.F. **Afro-descendente, identidade em construção,** São Paulo: EDUC Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **PEAB – Projeto de Estudos Afro-Brasileiros: contexto, pesquisas e relatos de experiências.** Unioeste, Cascavel, 2008.

FRANÇA, D. X.; MONTEIRO, M. B. Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de cinco a dez anos. **PSICOLOGIA**, v. 16, n. 2, p. 293–323, 2002.

GOMES, N.L. (Org.). **Educação anti-racista: abertos pela lei federal nº 10.639/03.** Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

HELER, A. Sobre os preconceitos In: **Cotidiano e a História.** São Paulo: Paz e terra, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016.** Rio De Janeiro: IBGE, 2016.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Francisco Alves, 1960.

LINS, R; CESAR, A. (2013). **Corpos e culturas visibilizados na escola: racismo, aulas de educação física e insurgência multicultural.** Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-02072013-134016/es.php>. Acesso em: 10 de jun. de 2022.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico.** São Paulo: Cortez, 2000.

MONTEIRO, M.B., & VENTURA, P. (1997). **A escola faz a diferença?** Práticas Maternas e o desenvolvimento da noção de pessoa nas crianças. In M. B. Monteiro & P. Castro (Orgs.). Cada cabeça sua sentença: Ideias dos adultos sobre as crianças. Oeiras: Celta Editora.

OLIVEIRA, José Reinaldo. **Educação e racismo:** conhecendo as contradições do passado para construir a escola do futuro. 2007. Disponível em: [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/1363\\_952.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/1363_952.pdf). Acesso em: 28 de mai. de 2022.

PRAVALER. (2022). **Maria Firmina dos Reis – Tudo sobre a primeira romancista do Brasil.** Disponível em: <https://www.pravaler.com.br/maria-firmina-dos-reis-tudo-sobre-a-primeira-romancista-do-brasil/>. Acesso em: 23 de jun. 2022.

PRUDENTE, Eunice. (2020). **Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra.** Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra>. Acesso em: 14 de jun. de 2022.

PURCELL-GATES, V. **A alfabetização familiar:** coordenação entre as aprendizagens da escola e as de casa In: Teberosky et. al. Contextos de alfabetização inicial. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REID, P. T. (1988). **Racism and sexism.** In P. A. Katz & D. A. Taylor (Eds.), *Eliminating racism: Profiles in controversy.* (pp. 203-221). Springer US

REZENDE, M.O. (2022). **Racismo no Brasil.** Disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/racismo-no-brasil.htm>. Acesso em: 15 de jun de 2022.

RIBEIRO, J. (2020). **Tranças Nagô.** Disponível em: <https://bibliotecasma.org/trancas-nago>. Acesso em: 23 de mai. de 2022.

SILVA J.(Org.). **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial.** São Paulo, Ceert, 2012. Disponível em: <http://avante.org.br/publicacoes/educacao-infantil-e-praticas-promotoras-de-igualdade-racial>. Acesso em: 12 de jun. de 2022.

SILVA, M.A. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (org). **Racismo e anti-racismo na educação:** repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

TOLENTINO, L. (2022). **Como o racismo afeta o desenvolvimento das crianças negras.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/como-o-racismo-afeta-o-desenvolvimento-das-criancas-negras>. Acesso em: 3 de mai. de 2022.

VYGOTSKY, L.S. (1996). **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 5.ed. São Paulo (Brasil): Martins Fontes.

ZIVIANI, D.C. G. (2014). **Inclusão e diferença:** Estudos dos processos de exclusão e inclusão de crianças e adolescentes. Em M.A.S. BENTO, M.J. Silveira, & S.G. Nogueira (Org.). *Identidade, branquitude e negritude: Contribuições para a*

psicologia social no Brasil. São Paulo, Casa do Psicólogo.